

ANEXO M

Memorando de Entendimento entre a Prefeitura Municipal de Belém/PA e a Agência Francesa de Desenvolvimento

Em 26 de março de 2024

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
E
O GRUPO AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO (AFD)**

Por intermédio deste Memorando de Entendimento (“**Memorando**” ou “**MoU**”), em 26/03/2024, celebram entre si:

- (1) **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM (PMB)**, órgão da administração pública direta com sede na Praça Dom Pedro II, 2, Cidade Velha, Belém - PA, CEP 66020-240, neste ato representado pelo Sr. Edmilson Rodrigues, Prefeito, devidamente autorizado a assinar este MoU,
- (2) **O GRUPO AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO (AFD)**, instituição financeira pública de propriedade do governo francês, com sede no 5, rue Roland Barthes 75598 PARIS, França, inscrito no Registro de Comércio de Paris sob o nº775 665 599, representada pelo Sr. Dominique Hautbergue, Diretor Regional AFD no Brasil e para o Cone Sul, que está devidamente autorizado a assinar este MoU,

(A PMB e a AFD doravante denominados como “**Parte**” e conjuntamente denominados “**Partes**”)

CONSIDERANDO QUE:

- A. Brasil e França compartilham a intenção de continuar ampliando as relações bilaterais em todos os campos de interesse comum e de promover o desenvolvimento de suas respectivas economias nacionais com foco na prosperidade para todos. Brasil e França reconhecem a importância do desenvolvimento sustentável, da proteção do meio ambiente, dos compromissos da Agenda 2030 sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, e do objetivo comum de atingir a neutralidade climática até 2050.

- B. Desde 2021, a Prefeitura Municipal de Belém passou a executar políticas públicas em consonância com os ODS das Organização das Nações Unidas. A Prefeitura Municipal de Belém é membro do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM), aliança global de cidades e governos locais comprometidos voluntariamente com a luta contra as mudanças climáticas. Nesse contexto a Prefeitura Municipal de Belém lançou recentemente várias iniciativas como a criação do Fórum Municipal sobre Mudanças Climáticas, a construção coletiva do Plano Municipal de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e o 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (IEGEE) do município. A cidade de Belém foi eleita para acolher a Conferência das Partes nº30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) em 2025.
- C. Criado em 1941 e atuando no Brasil desde 2007, a AFD é uma instituição financeira pública de desenvolvimento de propriedade do governo francês, fornecendo apoio financeiro e técnico a mais de quatro mil e quinhentos (4.500) projetos e programas por meio de uma ampla gama de instrumentos financeiros em mais de cento e dez (110) países. Juntamente com suas subsidiárias e entidades presentes no Brasil, AFD para o setor público e *Proparco* para o setor privado, *Expertise France* para a mobilização de especialização técnica, *FFEM* para projetos ambientais inovadores, assim como entidades parceiras investindo no Brasil, *STOA*, para as infraestruturas sustentáveis, a atuação da AFD busca acompanhar políticas de investimento de baixo carbono, mais justas, que produzam benefícios em favor do clima e da igualdade social. Essa ambição é afirmada na nova estratégia de atuação da AFD no Brasil para o período 2024-2027.
- D. As Partes confirmam ter obtido todas aprovações internas necessárias para entrar neste Memorando antes de sua data de assinatura.

As Partes acordam o seguinte:

SEÇÃO I OBJETO

O presente MoU tem como objetivo formalizar um quadro não exclusivo de cooperação entre as Partes visando uma parceria em favor de uma trajetória de desenvolvimento inclusivo e sustentável na aglomeração de Belém. Esta cooperação pretende também estar alinhada com a organização da COP 30 em 2025.

Este quadro permitirá um alinhamento progressivo das Partes de acordo com um plano de trabalho a ser implementado durante a vigência deste MoU.

SEÇÃO II

ÂMBITO, AÇÕES E FORMAS DE COLABORAÇÃO

As Partes, segundo seus respectivos documentos constitutivos, bem como às suas respectivas políticas, procedimentos, práticas e estratégias, promoverão o desenvolvimento da cooperação, em particular nas seguintes áreas:

- a. Inovação urbana e cidades inteligentes;
- b. Luta contra as mudanças climáticas e preservação da biodiversidade;
- c. Revitalização urbana e infra estruturas resilientes;
- d. Promoção da bioeconomia e de soluções baseadas na natureza;
- e. Transporte e mobilidade de baixo carbono;
- f. Prevenção de riscos e gestão de desastres naturais;
- g. Preservação e resgate da cultura material e imaterial.

A cooperação entre as Partes promoverá o desenvolvimento de ações e projetos que auxiliem o aprimoramento das seguintes modalidades:

- a. Intercâmbios técnicos e compartilhamento de experiências nas áreas acima;
- b. Captação de recursos externos para financiar investimentos nas áreas acima;
- c. Desenvolvimento de estudos de viabilidade, suporte à estruturação e capacitação para elaboração de projetos;
- d. Elaboração de materiais de referência (“*tool kits*”) e das lições aprendidas a partir das estruturações de projetos e ações para disseminação de conhecimento, especialmente no contexto da COP 30.

Para a implementação do presente MoU, as Partes propõem a criação de um grupo de trabalho para a cooperação (**Grupo de Trabalho**).

Com o propósito de desenvolver e aprofundar a cooperação técnica e financeira, o Grupo de Trabalho será responsável por identificar os projetos prioritários para a cooperação entre as Partes e coordenar e promover os projetos de cooperação.

O Grupo de Trabalho reunir-se-á pelo menos uma vez por ano, ou sempre que for solicitado por uma das Partes, de maneira presencial ou virtual, com vistas à implementação, ao acompanhamento e à revisão das ações realizadas.

O Grupo de Trabalho poderá convidar outras instituições governamentais e representantes do setor privado a participar de seus encontros e encorajará a participação de especialistas do setor acadêmico, da sociedade civil e da comunidade empresarial, para que façam apresentações sobre temas específicos, quando for conveniente.

SEÇÃO III

PROCEDIMENTOS INTERNOS - AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO

As ações referidas serão implementadas por meio dos instrumentos jurídicos adequados e observando os procedimentos internos de cada Parte.

Este MoU é uma expressão não vinculativa das intenções atuais das Partes de colaborar e não deve ser interpretado ou considerado como constituindo ou criando, qualquer vinculação financeira ou obrigação executável por parte de qualquer uma das instituições que integram esse MoU e não constitui um acordo ou compromisso para celebrar, financiar ou fornecer suporte para qualquer atividade ou projeto específico. Para evitar dúvidas, nenhuma violação, desempenho ou o não cumprimento de qualquer disposição deste MoU pode dar origem a qualquer prejuízo monetário ou outra responsabilidade de uma Parte para outra Parte; e nenhuma Parte é responsável por atividades realizadas por qualquer outra Parte sob este MoU.

Qualquer compromisso detalhado será estabelecido em acordos separados que podem ser celebrados por uma ou mais Partes.

SEÇÃO IV

CUSTOS

Exceto quando acordado por escrito por ambas as Partes, cada Parte aceitará total e exclusiva responsabilidade por todas e quaisquer despesas incorridas por ela em realização dos objetivos e atividades contemplados por este MoU.

SEÇÃO V

NENHUMA RENÚNCIA DE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada neste MoU pretende ser, ou deve ser interpretado como uma renúncia, ou modificação dos privilégios e imunidades concedidos à AFD ou a qualquer um de seus Diretores, Suplentes, Executivos e Funcionários de acordo com o Contrato Social da AFD, qualquer convenção internacional, tratado ou lei aplicável, cujos privilégios e imunidades são aqui especificamente reservados.

SEÇÃO VI

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente MoU terá validade de quatro anos, a contar da data de assinatura, e poderá ser prorrogado, de acordo com o interesse das Partes, por igual período.

SEÇÃO VII PROPRIEDADE INTELECTUAL

As Partes reconhecem a importância de proteger e respeitar os direitos de propriedade intelectual. O MoU não concede a nenhuma das Partes o direito de usar qualquer propriedade intelectual que pertença ou seja criada por outra Parte.

SEÇÃO VIII CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Cada Parte concorda em manter em sigilo as informações divulgadas pela outra Parte (“**Informações Confidenciais**”) da mesma forma que gerencia suas próprias informações confidenciais, e não deve divulgar a terceiros nenhuma Informação Confidencial sem obter a aprovação prévia por escrito do outra Parte, exceto se solicitado em qualquer processo judicial ou administrativo por qualquer autoridade governamental ou reguladora ou pelos auditores das Partes, ou conforme exigido pelas leis aplicáveis.

Cada Parte reconhece que a outra Parte é uma entidade de crédito de desenvolvimento e concorda que cada Parte apenas divulgará informações de acordo com as regras de sigilo bancário francesas e/ou brasileiras.

Qualquer compartilhamento de informações entre as Partes estará sujeito ao compartilhamento da Parte política relativa à divulgação ou compartilhamento de informações.

Este Memorando não concede a nenhuma das Partes o direito de divulgar ao público ou a qualquer outra parte qualquer informação confidencial sem o consentimento prévio por escrito do proprietário ou provedor de tais informações.

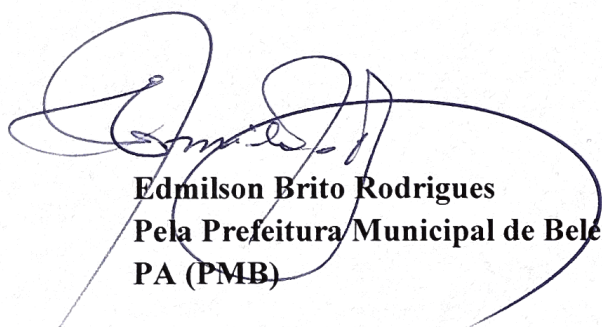
As Partes devem concordar mutuamente sobre qualquer anúncio público sobre as atividades contemplado por este Memorando. As Partes consultar-se-ão primeiro sobre a maneira e a forma de qualquer publicidade ou reconhecimento de cada um dos apoios das Partes em relação a qualquer uma das atividades realizadas de acordo com este MoU.

SEÇÃO IX PUBLICIDADE


Não obstante as obrigações previstas no SEÇÃO VIII - CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, e a fim de cumprir as políticas internas, as Partes poderão publicar o MoU ou um resumo em seus sites relevantes e comunicar o resumo publicado à outra Parte.

As Partes devem concordar mutuamente sobre qualquer anúncio público sobre as atividades contemplado por este MoU. As Partes consultar-se-ão primeiro sobre a maneira e a forma de

Assinado em Belém, no dia 26 de março de 2024,
em três exemplares originais em francês e português.



Edmilson Brito Rodrigues
Pela Prefeitura Municipal de Belém -
PA (PMB)



Dominique Hautbergue
Pelo Grupo Agencia Francesa de
Desenvolvimento (AFD)